

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0305.2026.AC-43.0180.SAD.SEE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
COMPRAS.GOV Nº 90180.2026

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através do Agente de Contratação DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA, designado por meio da Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório (CI nº 754/2025) e com a respectiva autorização do Secretário Executivo de Administração e Finanças Secretaria de Educação de Pernambuco, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de equipamentos de cozinha industrial, tais como: mesa/bancada de apoio, freezer horizontal, freezer vertical, refresqueira 32L, cortador de legumes e liquidificador 25L, nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.3. O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. O(s) item(ns) 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14 e 16 são de participação reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$22.084.232,95 (vinte e dois milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos), distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 52

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.10. Profissionais organizados em cooperativa;

3.4.11. Pessoas físicas na licitação;

3.4.12. Agricultor familiar/Produtor rural na licitação

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1.nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 do valor estimado máximo do item a ser disputado.

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 05 (cinco) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no

certamente, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios

causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta folders, catálogos e/ou prospectos do produto objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 12.2 deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5.

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;

- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Não havendo licitante classificada na Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, observados os regramentos do art. 90, §2º, da Lei 14.33/2021, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, e

que comprovem a habilitação técnica e econômico- financeira para a totalidade dos quantitativos licitados.

13.12. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.2. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s)

fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.2.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de equipamentos para refeitório, copa e cozinha.

14.4.2.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 30% (trinta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

14.4.2.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.2.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.2.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.2.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.2.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

14.5.4. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.5. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste

caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para cota reservada e para cota principal com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

15.2.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema.

15.3. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam itens/lotos espelhados, ou cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

15.3.1. As novas propostas serão anexadas no sistema.

15.4. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.5. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

20.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

20.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

20.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

20.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

20.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo

de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

20.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 21.1.2.

20.4.1 Na hipótese do item 20.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

20.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$

100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.
- e) Anexo V - Folha de Rosto

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, data e assinatura eletrônica

DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA

Pregoeiro/AC-43

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0305.2026.AC-43.0180.SAD.SEE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
COMPRAS.GOV Nº 90180.2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

SEI Nº 1400005733.000047/2025-66
SC Nº 140101000012026000007

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Formação de Registro de Preços para fornecimento eventual de equipamentos de cozinha industrial, tais como: **mesa/bancada de apoio, freezer horizontal, freezer vertical, refresqueira 32L, cortador de legumes e liquidificador 25L**, visando atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco distribuídas nas 16 gerências regionais de ensino (GRE), nos termos da legislação vigente, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/2021.

1.3 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens e descritos conforme quadros constantes no **ANEXO D**.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 A justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 A justificativa para o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1 De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2 Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

2.5.3 Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de objetos comuns, existindo um grande número de fornecedores no mercado nacional para atender às demandas dos órgãos da Administração Pública do Estado de Pernambuco.

2.5.4 Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1 É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas uma vez que o objeto consiste no fornecimento de equipamentos/bens, atividade incompatível com a natureza e a finalidade das cooperativas, conforme previsto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1 É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a sua natureza é incompatível ao objeto descrito neste Termo de Referência, que exige capital social ou patrimônio líquido mínimos, estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a sua execução.

2.8 DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1 É vedada a participação de agricultor familiar e/ou produtor rural na presente licitação, uma vez que o objeto da contratação não condiz com às atividades de Agricultura Familiar/ Produtor Rural.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), devem ser observados os detalhamentos pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 3 - do ETP).

3.1.2 Ademais, os equipamentos a serem fornecidos deverão estar em total conformidade, no que couber, com as normas da ABNT, PROCEL e do INMETRO, dentre outros, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais. Da mesma forma, qualquer atributo que, mesmo não citado na especificação, seja compulsório por norma ou legislação específica, como Termos ou Atestados de Conformidade, deverão acompanhar o(s) objeto(s) entregue(s) à Administração.

3.1.2.1 A comprovação do atendimento às normas poderá ser exigida no ato da entrega, mediante apresentação de certificados, registros ou selos pertinentes, de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	CERTIFICAÇÕES / SELOS / DOCUMENTOS EXIGIDOS
Mesa/Bancada de apoio (inox ou similar)	Comprovação de material atóxico e adequado para contato com alimentos em conformidade com normas ABNT, no que couber; Ficha técnica do fabricante;
Freezer horizontal	Comprovação, em conformidade com normas ABNT, no que couber, aplicáveis para equipamentos de refrigeração assegurando segurança operacional e eficiência energética; Selo Procel de eficiência energética ou equivalente, no que couber; Certificação INMETRO (segurança elétrica); Etiqueta ENCE; Manual e ficha técnica
Freezer vertical	Comprovação, em conformidade com normas ABNT, no que couber, aplicáveis para equipamentos de refrigeração assegurando segurança operacional e eficiência energética; Selo Procel de eficiência energética ou equivalente, no que couber; Certificação INMETRO (segurança elétrica); Etiqueta ENCE; Manual e ficha técnica

Refresqueira 32L	<p>Comprovação, em conformidade com normas ABNT, no que couber, voltadas para a segurança elétrica, eficiência energética e higiene alimentar;</p> <p>Selo Procel de eficiência energética ou equivalente, no que couber;</p> <p>Certificação INMETRO (segurança elétrica);</p> <p>Etiqueta ENCE;</p> <p>Comprovação de material atóxico (para reservatório);</p> <p>Declaração de conformidade NR-12;</p> <p>Manual e ficha técnica;</p>
Cortador de legumes (industrial)	<p>Comprovação, em conformidade com normas ABNT, no que couber, voltadas para equipamentos de preparo de alimentos de uso profissional.</p> <p>Manual e ficha técnica;</p>
Liquidificador industrial 25L	<p>Comprovação, em conformidade com normas ABNT, no que couber, voltadas para segurança de equipamentos eletrodomésticos e similares de uso coletivo/profissional;</p> <p>Selo Procel de eficiência energética ou equivalente, no que couber;</p> <p>Certificação INMETRO (segurança elétrica);</p> <p>Etiqueta ENCE;</p> <p>Declaração de conformidade NR-12;</p> <p>Manual e ficha técnica;</p>

3.1.3 O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.2 DA GARANTIA DO OBJETO

3.2.1 O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.2.2 A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3 Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter

o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência, devendo considerar a **lista das escolas contempladas no Doc. SEI nº 79898749**;

3.2.4 Durante o período de garantia, caberá ao fornecedor a realização de manutenção corretiva dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento, devendo, para tanto, disponibilizar assistência técnica autorizada, sem ônus para a Administração.

3.2.4.1 Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituto deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento;

3.2.4.2 Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme tabela abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE.

TIPO	SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	TROCA DEFINITIVA
PAZO	Em até 05 (cinco) dias úteis, contados do pedido de assistência técnica.	Em até 15 (quinze) dias úteis, contados do pedido de assistência técnica.

3.3 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1 A entrega do(s) bem(ns) será realizada, no endereço abaixo, de **forma futura e parcelada**, periodicamente conforme necessidade administrativa, no prazo de **até 30 dias úteis**, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho, para cada uma das parcelas.

3.3.2 A entrega será realizada à Gerência de Logística – GELOG da Secretaria de Educação de Pernambuco, no endereço abaixo especificado, mediante agendamento prévio através do telefone (81) 3181.2667, no horário da Segunda-feira, das 13:00h às 17:00h / Terça a Sexta, das 08:00h às 12:00h ou pelo e-mail agendamentolog@educacao.pe.gov.br. O agendamento deverá ser solicitado com antecedência mínima de 48 horas, onde os materiais serão conferidos e recebidos. Conforme abaixo especificado:

3.3.2.1 Endereço e horário de entrega: CLAS - Condomínio Logístico de Armazenagem, Galpão G3 - Docas 22 a 27, Rua governador Miguel Arraes de Alencar, 1380, Ponte dos carvalhos (por trás da Gerdau) - Cabo de Santo Agostinho - PE. Horário: 08:00 às 16:00h.

3.3.3 Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE, a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.3.4 O objeto será recebido:

- Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;
- Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

- 3.3.5** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 3.3.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;
- 3.3.7** A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.3.8** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até **05 dias úteis**, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de **R\$ 22.084.232,95 (vinte e dois milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos)**, distribuído no (s) seguintes itens:

- a) **Item I** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$ 1.071.896,88 (um milhão, setenta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos);
- b) **Item II** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 356.784,12 (trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos);
- c) **Item III** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$ 1.271.690,72 (um milhão, duzentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa reais e setenta e dois centavos);
- d) **Item IV** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 422.998,82 (quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos);
- e) **Item V** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$1.468.800,49 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos reais e quarenta e nove centavos);
- f) **Item VI** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 488.333,41 (quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos);
- g) **Item VII** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$ 5.287.040,00 (cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil e quarenta reais);
- h) **Item VIII** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil);

- i) **Item IX** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$ 3.554.616,66 (três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos);
- j) **Item X** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 1.182.345,84 (um milhão, cento e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos);
- k) **Item XI** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$ 2.581.375,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil e trezentos e setenta e cinco reais);
- l) **Item XII** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 858.675,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e setenta e cinco reais);
- m) **Item XIII** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$ 268.192,80 (duzentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e dois reais e oitenta centavos);
- n) **Item XIV** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 89.212,32 (oitenta e nove mil, duzentos e doze reais e trinta e dois centavos);
- o) **Item XV** – (Cota Principal)-Valor estimado total - R\$ 1.067.829,57 (um milhão, sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos);
- p) **Item XVI** – (Cota Reservada)-Valor estimado total - R\$ 354.441,32 (trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos);

4.1.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1 As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 52

4.3 JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1 No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos **itens** forem superiores a 80 mil reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há itens de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui itens exclusivos à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

4.3.3 Em consonância com o inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, os itens **2, 4, 6, 8, 10, 12, 14 e 16** desta licitação serão reservados às ME, EPP e MEI. Para tanto, será fixado o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** do quantitativo do(s) itens originais. A

adoção do percentual de 25%(vinte e cinco por cento) para os itens deve-se à ampliação da competitividade e atratividade destinadas às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

5. DA LICITAÇÃO

5.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1 O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO PARCELADO com entrega FUTURA.

5.1.2 A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

5.1.3 O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4 A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que oferece maior competitividade, transparência, publicidade, eficiência, agilidade, economia de recursos, facilidade de acesso e atendimento à legislação, garantindo conformidade legal.

5.2 PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2 CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1 As propostas enviadas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos: folders, prospectos ou catálogos ilustrativos originais dos fabricantes, ou, quando aplicável, informar o endereço eletrônico onde tais informações possam ser consultadas, os quais deverão estar em língua portuguesa e conter especificações claras e detalhadas dos equipamentos para verificação das características presentes nos itens (códigos do E-fisco) a serem adquiridos.

5.2.2.2.A análise das fichas técnicas dos equipamentos consistirá em:

- a. Qualidade operacional:** será analisada se o produto corresponde as especificações solicitadas na descrição dos itens (códigos do E-fisco), como medidas, potências, tamanhos, voltagens, etc.
- b.** Todos os produtos deverão estar de acordo com a legislação vigente.
- c.** No caso da REPROVAÇÃO, o relatório deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, identificando as exigências não atendidas;

5.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.1.1 Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.1.2 Será considerado compatível em características o **fornecimento de equipamentos para refeitório, copa e cozinha**.

5.3.1.3 Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, **30% (trinta por cento)** das quantidades estimadas na licitação para cada **item**, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

5.3.1.4 Para fins de aferição do percentual mínimo de **30% (trinta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro maior número inteiro.

5.3.1.5 Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por entender que assim atinge-se a finalidade prevista pelo legislador que busca garantir que os licitantes proponentes reúnem condições técnicas e necessárias para a efetiva execução do objeto pretendido, conforme **Nota Técnica nº 52/2025 (Doc SEI nº78650645)**, além de inexistir prejuízo à disputa, e por respeitar o princípio da competitividade do certame e a cláusula expressa no Art. 67, parágrafo 2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 que traz:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.2.1 Além dos requisitos de qualificação econômico-financeira descritos no Edital da presente contratação:

5.3.2.1.1 Comprovação do **Patrimônio Líquido ou Capital Social** mínimo, correspondente a **5 % (cinco por cento)** do valor estimado da licitação para o respectivo **item**, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um **item**.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, incisos I, II e III, do Decreto nº 54.700/2023, a adoção do SRP justifica-se pelas seguintes razões:

I – Necessidade de contratações frequentes.

Considerando o grande número de unidades escolares da rede estadual e a necessidade recorrente de substituição ou complementação de equipamentos de cozinha industrial,

verifica-se a possibilidade de aquisições frequentes ao longo do exercício, circunstância que se enquadra na hipótese prevista no inciso I do art. 3º do decreto.

II – Entregas parceladas.

A distribuição dos equipamentos ocorrerá conforme a demanda das unidades escolares e o planejamento administrativo, o que recomenda a realização de **entregas parceladas**, hipótese expressamente prevista no inciso II do referido artigo.

III – Atendimento a múltiplas unidades administrativas.

A contratação visa atender diversas escolas da rede estadual, caracterizando atendimento a múltiplas unidades administrativas vinculadas ao mesmo órgão, situação contemplada no inciso III do art. 3º do decreto.

Dessa forma, o Sistema de Registro de Preços mostra-se o instrumento mais adequado para garantir **flexibilidade nas aquisições, eficiência administrativa e melhor planejamento das contratações**, permitindo que a Administração realize as aquisições conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação do quantitativo total estimado.

6.2 ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1 A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

6.3 ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.3.1 A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é o único órgão participante deste Registro de Preços;

6.4 PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1 Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5 PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1 O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantagem dos preços registrados.

6.6 PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1 Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.6.2 As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3183 – 9052/3183 – 9040, e-mail: **elba.cavalcanti@educacao.pe.gov.br** para autorização.

6.7 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1 As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1 As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.2.1 O Detentor da ATA será convocado para a assinatura do contrato, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1 As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1 As obrigações da **Contratada** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1 Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas seguintes razões constantes neste Termo de referência:

7.5.1.1 A não exigência baseia-se na baixa materialidade do risco que esta garantia visa mitigar, visto que o Estudo Técnico Preliminar exige garantia mínima de fábrica de 12 meses dos objetos do presente Termo de referência.

7.5.1.2 A não exigência da prestação da garantia contratual desonera os licitantes de custos adicionais, o que pode gerar maior quantidade de participantes, principalmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aumentando a competitividade.

7.5.2 As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

7.6 DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

7.6.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação uma vez que o objeto, consiste no fornecimento de equipamentos de cozinha industrial e possui natureza comum, podendo ser executado integralmente por empresas do ramo, sem exigir grau elevado de especialização técnica, divisão de etapas produtivas ou

racionalização de atividades que justifiquem a transferência parcial de sua execução a terceiros.

7.6.2. Ademais, verificou-se que a subcontratação não apresenta vantagens técnicas ou econômicas para a Administração, podendo, ao contrário, gerar maior complexidade na gestão contratual, dificultar a fiscalização e diluir a responsabilidade da contratada pela plena execução do objeto.

7.6.3. Assim, considerando as características do fornecimento pretendido e visando assegurar maior eficiência na execução contratual, bem como a adequada responsabilização da contratada, mostra-se pertinente a vedação da subcontratação no presente certame.

7.7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.7.1 As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.7.2 A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do e-mail elba.cavalcanti@educacao.pe.gov.br; ccpae@adm.educacao.pe.gov.br, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta, ou mediante comunicação através dos números (81) 3183 – 9040/3183 – 9028, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Avenida Afonso Olindense, Nº 1513, Bloco D – Várzea, Recife/PE (Superintendência do Programa de Alimentação Escolar).

7.7.4 A Gestão do contrato ficará a cargo da Gerente de Administração dos Contratos.

7.7.5 A Fiscalização do contrato ficará a cargo da Gerente de Alimentação e Nutrição.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1 As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO

9.1 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3 DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1 As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C - Estudo Técnico Preliminar-ETP

Anexo D – Quadro Resumo

Recife, data de assinatura do SEI.

Paula Darling Conceição da Silva

Matrícula: 455.854-5

Superintendente do Programa de Alimentação Escolar

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025,), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
-----------------------------	------------

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO n° _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO EFISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B

Modelo de Proposta

(em papel timbrado do licitante)

Itens/ Lotes	Código EFisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE X:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Data/Nome e assinatura do responsável

ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do requisitante

Número SEI: 1400005733.000047/2025-66

Órgão/Entidade: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: Superintendência do Programa de Alimentação Escolar-SUPAE

Responsável: Paula Darling Conceição da Silva

Equipe de planejamento da demanda: SUPAE/CPLAE

Responsável pela equipe de planejamento: Paula Darling C. da Silva

Contato do responsável: Fone (81)3183-9026

E-mail institucional: paula.dcsilva@adm.educacao.pe.gov.br

Preâmbulo

Conforme preceitua o Art.7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa a elaboração de licitação para formação de registro de preços para equipamentos de cozinha industrial (mesa/bancada de apoio, freezer horizontal, freezer vertical, refresqueira, cortador de legumes e liquidificador), para atender à demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Educação de Pernambuco.

Nesse viés, este estudo possui o fito de subsidiar a elaboração do Termo de Referência, apresentando para tanto soluções com valores estimados em virtude da análise de mercado.

Considerando que se trata de parte preparatória para o processo de interesse público, não havendo necessidade de restrição para publicação, este será inserido como anexo do Termo de Referência para aquisição do produto em questão, como sugere o art. 11, da Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012.

Em conformidade com os requisitos obrigatórios elencados nos arts. 6º, 7º e 8º do Decreto Estadual nº 53.384/2022, o presente estudo técnico abordará nas linhas vindouras, os elementos propostos no referido Decreto, descrevendo assim a real necessidade da contratação, contendo ainda, descrição do problema a ser resolvido e a melhor solução a ser contratada, bem como demais manifestações correlatas.

1. Descrição da necessidade da contratação

O presente Estudo Técnico advém da necessidade de aquisição de equipamentos para cozinha industrial, especialmente pela Secretaria Estadual de Educação, a qual pretende equipar as cozinhas das escolas da rede estadual de ensino e das creches em implementação, visando disponibilizar alimentação de forma eficiente e segura às crianças e adolescentes que frequentam esses locais.

Faz-se oportuno, portanto, transcrever os argumentos apresentados pela Secretaria de Educação, maior interessada na

compra desses equipamentos, tendo em vista que atende ao Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco (PAE/PE), de forma a demonstrar a necessidade da contratação, ora em análise:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) objetiva favorecer o processo de ensino e aprendizagem através da

oferta de alimentos que contribuam para o alcance das necessidades nutricionais do alunado, visando, a partir disso, corroborar para o melhor rendimento escolar e a prática de hábitos alimentares saudáveis por parte do alunado, conforme regulamenta a Resolução/CD/ FNDE nº 6 de 08 de maio de 2020.

Para garantir os parâmetros alimentares e nutricionais estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na produção de refeições à coletividade escolar, emerge-se a necessidade de ambientação dos aspectos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), normatizados pela Resolução DC/ANVISA nº 216 de 15 de setembro de 2004.

Igualmente, por constituir uma política pública essencial e promover a permanência e o desempenho dos estudantes na

escola, é dever do Estado prover condições estruturais adequadas para sua execução. Nesse sentido, a modernização e padronização dos equipamentos de cozinha representam medida indispensável para a eficiência e qualidade do serviço prestado.

O PAE/PE compreende a cobertura de 525.165 alunos enturmados (base SIEPE, 2024) em diversas modalidades de ensino e

projetos político-pedagógicos das escolas da Rede de ensino, que abarca uma demanda estrutural de equipamentos, os quais impactam em uma avaria acentuada, visto que a demanda de produção acontece de forma diária e num quantitativo elevado.

Considere-se ainda que as escolas de tempo integral demandam uma distribuição de até 3 refeições diárias nos 5 dias letivos semanais, além de refeições para os projetos que acontecem no contraturno, impactando na necessidade de um maior aporte de equipamentos para dar agilidade na produção de refeições das escolas.

Considerando que a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, por meio do Programa de Alimentação Escolar, fornece alimentação para o alunado da rede, e que os equipamentos para cozinha industrial se mostram essenciais para a continuidade e eficácia da produção de refeições diárias, verificou-se a viabilidade e a necessidade de realizar o presente Estudo Técnico Preliminar para formalização de uma Ata de Registro de Preços com o fito de atender as necessidades.

Isto posto, a contratação de equipamentos, a saber: mesa/bancada de apoio, freezer horizontal, freezer vertical, refresqueira, cortador de legumes e liquidificador, para equipar as cozinhas das unidades escolares da rede estadual de ensino de Pernambuco fundamenta-se na necessidade de assegurar a plena execução do Programa.

Nesse sentido os objetivos que justificam a necessidade da aquisição desses equipamentos, dentre eles se destacam:

Mesa/Bancada de apoio (tamanhos diferentes): proporciona área adequada para apoio, organização e execução das

etapas de pré-preparo e preparo dos alimentos, favorecendo o fluxo de trabalho e a higiene operacional. A disponibilidade de diferentes tamanhos permite melhor adequação aos espaços físicos das unidades e às demandas de produção, contribuindo para maior eficiência e segurança no manuseio dos alimentos.

Freezer horizontal: garante o armazenamento seguro de alimentos congelados, mantendo a temperatura adequada para

conservação e evitando perdas por deterioração. É ideal para armazenar produtos em maior volume e facilitar o acesso no momento do preparo, atendendo às exigências das normas sanitárias quanto ao controle da cadeia de frio.

Freezer vertical: complementa a estrutura de conservação, permitindo melhor organização e separação por tipo de

alimento, reduzindo riscos de contaminação cruzada. Além disso, facilita a visualização e o controle de estoque, contribuindo para a rastreabilidade e boas práticas de armazenamento, bem como melhor adequação em ambientes de menor área/espço físico.

Refresqueira: possibilita o preparo e a conservação de bebidas frias, garantindo temperatura adequada até o momento do

consumo e assegurando padrões de qualidade sensorial. Contribui para a agilidade na distribuição e para o incentivo ao consumo de preparações líquidas saudáveis, em consonância com as diretrizes do PNAE.

Cortador de legumes: promove maior produtividade e padronização no corte de alimentos, reduzindo o tempo de preparo,

o esforço físico dos manipuladores e os riscos de acidentes com facas. Além disso, assegura cortes uniformes, favorecendo o cozimento homogêneo e a apresentação dos pratos.

Liquidificador: equipamento essencial para a produção de preparações líquidas e pastosas, como vitaminas, sucos, molhos e cremes. Garante maior agilidade e homogeneidade nas preparações, além de contribuir para a ampliação do cardápio e atendimento de necessidades nutricionais específicas, como dietas adaptadas para determinadas faixas etárias.

Assim, a presente contratação se mostra necessária e estratégica para assegurar que todas as unidades escolares da rede

estadual de Pernambuco disponham de cozinhas devidamente equipadas com mesa/bancada de apoio, freezer horizontal, freezer vertical, refresqueira, cortador de legumes e liquidificador. Esses equipamentos são indispensáveis para viabilizar a produção e a distribuição de refeições de forma eficiente, segura e padronizada, garantindo a efetividade da política de alimentação escolar e o direito dos estudantes a uma nutrição adequada durante sua permanência na escola, fomentando ainda o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e assegurando assim a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

2. Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão/entidade

Conforme previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) e no Plano Orçamentário Anual (POA/2026), e visando à promoção da alimentação saudável nas escolas estaduais, bem como à oferta de nutrientes essenciais ao desenvolvimento do alunado através da equipagem otimizada das cozinhas escolares, torna-se necessária a aquisição dos objetos acima indicado, visto que se mostram essenciais para a continuidade e eficácia da produção de refeições diárias.

Nessa toada, conforme estabelece o art. 2º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e incisos seguintes, a

presente demanda encontra-se acompanhada do Documento de Formalização de Demanda- nº DFD.2667.SEE/2026 extraído do PE integrado, bem como devidamente incluído no Plano de Contratações Anual –PCA.

3. Descrição dos requisitos da contratação

Inicialmente, deve-se frisar que “nas aquisições de equipamentos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, deverá ser

exigido que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com, no mínimo, classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE”, nos termos do art. 6º do Decreto nº 45.330, de 23 de novembro de 2017, o qual dispõe sobre a gestão e o uso eficiente de energia elétrica nos imóveis de uso do Poder Público Estadual e suas entidades vinculadas, abaixo transcrito.

“[...] Art.6º Nas aquisições de equipamentos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem-PBE, deverão ser exigidos que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com no mínimo classe de eficiência “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia- ENCE.

§1º Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de 3 (três) fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE

classe “A” para a sua categoria, devem ser admitidos produtos etiquetados com as ENCEs nas 2 (duas) classes mais eficientes que possuam um mínimo de 3 (três) fornecedores com modelos etiquetados, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.

§2º Nas aquisições ou locações de equipamentos consumidores de energia, devem-se priorizar os que possuem Selo Procel”;

Desta forma, os eletrodomésticos a serem adquiridos deverão seguir os critérios de eficiência energética, definidos pelo Inmetro e Procel, o que proporcionará uma maior eficiência no seu funcionamento, acompanhado de um menor consumo de energia elétrica. De modo igual, os seguintes requisitos devem ser observados, a fim de atender adequadamente às demandas apontadas neste Estudo Técnico Preliminar:

a) Fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, contendo as características apresentadas nos respectivos códigos do e-fisco, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e excelente aceitação no mercado, com a aprovação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-12, no que couber.

I. Mesas/Bancadas de apoio: deverão ser confeccionadas em aço inoxidável ou outro material de qualidade equivalente, de fácil higienização, resistentes à corrosão, em conformidade com as boas práticas de fabricação e normas sanitárias vigentes. Devem apresentar acabamento que evite arestas cortantes ou saliências, atendendo aos requisitos de segurança da Norma Regulamentadora NR-12, no que couber, além de observarem as recomendações da ABNT para mobiliário destinado a serviços de alimentação coletiva.

II. Freezer horizontal: deverá possuir Selo Procel de Eficiência Energética, classificação “A” (ou equivalente), além de atender aos requisitos técnicos estabelecidos pelo Inmetro. O equipamento deverá estar em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-12, no que couber, e com as Normas Técnicas ABNT aplicáveis para equipamentos de refrigeração, assegurando segurança operacional e eficiência energética.

III. Freezer vertical: deverá possuir Selo Procel de Eficiência Energética, classificação “A” (ou equivalente), além de atender aos requisitos técnicos estabelecidos pelo Inmetro. O equipamento deverá estar em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-12, no que couber, e com as Normas Técnicas ABNT aplicáveis para equipamentos de refrigeração vertical de uso comercial/profissional, assegurando segurança, eficiência energética e facilidade de higienização.

IV. Refresqueira: deverá possuir Selo Procel de Eficiência Energética e certificação do Inmetro, com fabricação em

conformidade com a Norma Regulamentadora NR-12, no que couber, além de atender às Normas Técnicas ABNT específicas para equipamentos de refrigeração e distribuição de bebidas. O equipamento deverá conter mecanismos de segurança contra acidentes e superfícies de fácil limpeza e higienização.

v. Cortador de legumes: deverá atender aos requisitos de segurança da Norma Regulamentadora NR-12, no que couber, e às Normas Técnicas ABNT aplicáveis aos equipamentos de preparo de alimentos de uso profissional. O equipamento deverá possuir dispositivos de proteção (como sistemas de travamento e proteções físicas), etiqueta de advertência visível sobre risco de corte, conforme ABNT NBR 7195, além de certificação do Inmetro.

vi. Liquidificador: deverá possuir Selo Procel de Eficiência Energética e certificação do Inmetro, atendendo à Norma

Regulamentadora NR-12, no que couber, bem como às Normas Técnicas ABNT NBR IEC 60335-1 e correlatas, que tratam da segurança de equipamentos eletrodomésticos e similares de uso coletivo/profissional. O equipamento deverá conter etiqueta de advertência quanto ao risco de corte ou acidente durante o uso, conforme ABNT NBR 7195.

b) O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses.

c) A entrega será realizada pela contratada no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento

formal, sem qualquer ônus para o Contratante, desde que ele esteja localizado na Região Metropolitana do Recife.

d) Considerando o objetivo da contratação em apreço, com finalidade de fornecimento de alimentação aos alunos das unidades escolares alocadas nas 16 Gerências regionais de ensino do estado de Pernambuco, deverá ser disponibilizado pelo fornecedor, no período de garantia, serviços de manutenção e assistência técnica, em conformidade com o art. 40, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, os quais serão detalhados no Termo de Referência, para realização das intervenções necessárias de forma a não ocorrer interrupção do referido fornecimento.

Importante mencionar, por fim, que foram estudadas com precaução as características dos equipamentos exigidas nos itens (códigos do E-fisco), a serem descritos no decorrer deste documento, sendo elas as mínimas necessárias para propiciar adequada execução da grande demanda de alimentação ofertada pelo governo, conforme esclarecimentos apresentados pela Secretaria de Educação (Doc SEI Nº [77455477](#) e [76726328](#)). Outros detalhes da especificação do objeto constarão no Termo de Referência, documento contínuo a este ETP.

e) O fornecedor deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio da apresentação de atestados, documentos e declarações.

f) Outrossim, o fornecedor deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, segundo disposto no art.8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

Destacam-se ainda, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STL/MPOG, bem como a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, no que couber.

Visando reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos, a empresa

contratada deverá observar fielmente todos os requisitos de sustentabilidade exigidos, observando o ciclo de vida do produto, desde o modo de produção, utilizando materiais recicláveis, passando pela distribuição, embalagem, transporte, utilização, manutenção, produção de eventuais resíduos, até chegar na disposição final, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

MODO DE PRODUÇÃO: sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.

g) O fornecedor deverá, no momento da apresentação da proposta, anexar o catálogo técnico para conferência das especificações ou, quando aplicável, informar o endereço eletrônico onde tais informações possam ser consultadas. Ademais, além dos requisitos demonstrados anteriormente, é importante considerar o local de recebimento do objeto, para que a solução a ser escolhida não acarrete em quaisquer prejuízos ao acondicionamento. Nesse sentido, a única opção viável para o recebimento do objeto é no centro logístico da Secretaria de Educação de Pernambuco, ensejando em eficiência administrativa.

4. Levantamento de mercado

Em primeiro lugar, cabe salientar que este estudo visa atender da melhor forma possível as principais demandas de

equipamentos para cozinha industrial das unidades escolares do Estado de Pernambuco, ademais os itens deste estudo são de natureza comum, existindo um grande número de fornecedores no mercado nacional para atender às demandas.

Considerando a necessidade de localizar a solução mais adequada para atender à necessidade da Secretaria Estadual de Educação, foram estudadas possíveis soluções, bem como, buscaram-se no mercado contratações realizadas por outros órgãos e entidades, municipais e estaduais, com base nos aspectos de eficiência, uso racional dos recursos públicos e economicidade.

Sendo assim, identificamos a importância de pesquisar, levantar e definir as possíveis soluções para atender

satisfatoriamente a necessidade do PAE/PE, alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

a) Aquisição por meio de Sistema de Registro de Preços Corporativo

O sistema de registro de preços corporativo, regulamentado no âmbito estadual pelo Decreto nº 54.700, de 16 de maio de 2023, tem como uma de suas características a aglutinação da demanda de todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

Fatores favoráveis:

Padronização: possibilita uniformidade dos itens adquiridos, garantindo maior controle de qualidade e conformidade com

normas técnicas. Agilidade: reduz a necessidade de realizar licitações repetidas, já que o registro de preços fica disponível para adesões.

Fatores desfavoráveis:

Risco de adesões excessivas: a chamada “carona” pode gerar demanda muito superior à prevista, comprometendo a

capacidade de fornecimento da empresa; Dependência do planejamento inicial: eventuais falhas na estimativa de quantidades podem comprometer a eficiência do sistema; Complexidade

administrativa: exige acompanhamento rigoroso para garantir que todos os órgãos participantes cumpram os prazos e condições estabelecidas.

Conclusão:

O sistema de registro de preço corporativo configura-se como uma ferramenta vantajosa, pela padronização e agilidade, recomendável quando houver possibilidade de centralização de demandas em comum, porém não se configura com o caso em tela.

b) Aquisição por meio de Processo Licitatório Ordinário com ARP/Pregão

Fatores favoráveis:

Cumprimento da legislação que prevê a utilização de pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Possibilidade de realizar pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP).

Permite entrega contínua e parcelada, de acordo com a demanda, evitando acúmulo de estoque e reduzindo riscos de perdas.

Favorece o abastecimento regular das escolas, garantindo maior segurança e previsibilidade.

Maior controle sobre preços, garantindo economicidade e redução de sobre preço.

Eficiência, eficácia e efetividade no atendimento das necessidades do PAE/PE.

Fatores desfavoráveis:

Processo licitatório pode demandar tempo e planejamento adequado.

Dependência de fornecedores que atendam às exigências logísticas do Estado.

Conclusão:

O pregão com SRP se mostra a alternativa mais viável técnica e economicamente, pois possibilita fornecimento contínuo e seguro, alinhado às políticas públicas, garantindo eficiência, economicidade e regularidade no abastecimento.

c) Adesão à Ata de Registro de Preços interna/externa

Fatores favoráveis:

Celeridade na contratação, caso haja Atas compatíveis.

Possibilidade de aproveitar condições já pactuadas em outros certames.

Fatores desfavoráveis:

Inexistência de Atas vigentes que atendam à demanda em escala e abrangência territorial, levando em consideração as especificações técnicas do objeto em questão mediante as necessidades específicas para a execução do PAE/PE.

Risco de atendimento parcial ou insuficiente às necessidades do Estado, uma vez que, considerando a limitação de 50% do

quantitativo registrado na ata para cada aderente e por item, imposta pelo Decreto Estadual nº 54.700, de 16 de maio de 2023, não haveria garantia da disponibilidade de saldo em ata de registro de preços externa, podendo ocorrer o desabastecimento dos itens necessários.

Conclusão:

A adesão a Atas é inviável, pois não foram identificadas Atas compatíveis, mediante as necessidades específicas propostas pelo PAE/PE. Ademais, poderia ocasionar limitações, em atas externas, de abastecimento considerando o imposto pelo Decreto Estadual nº 54700 de 16 de maio de 2023.

d) Aquisição de equipamentos para cozinha industrial através de dispensa de licitação

O fornecedor deverá, no momento da apresentação da proposta, anexar o catálogo técnico para conferência das

especificações ou, quando aplicável, informar o endereço eletrônico onde tais informações possam ser consultadas.

Possibilidade de atender emergências imediatas.

Garantia de continuidade do serviço em situações de urgência.

Fatores desfavoráveis:

Só aplicável em situações emergenciais comprovadas.

Não se caracteriza urgência no caso atual, pois se trata de um aprimoramento das cozinhas industriais escolares.

Conclusão:

A dispensa de licitação é inadequada para o presente caso, não havendo situação emergencial que justifique sua aplicação.

5. Descrição da solução

Visando atender as necessidades públicas atreladas ao desenvolvimento de atividades educacionais, este setor requisitante, diante das soluções expostas acima, opta pela aquisição por meio de Processo Licitatório Ordinário para formação de Registro de Preço/Pregão, tendo em vista a possibilidade de realizar a descentralização das exigências necessárias para a execução do objeto, observando as regras estabelecidas pelo PNAE, somado ao tempo exíguo para a resolução da demanda. Além disso, a escolha foi baseada no conhecimento técnico, considerando a realidade atual da Secretaria de Educação de Pernambuco. Portanto, esta Superintendência do Programa de Alimentação Escolar (SUPAE) entende que a contratação de empresa especializada para a demanda em tela é a solução que se mostra mais vantajosa, considerando também a capacidade de atender integralmente à necessidade da Secretaria.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Os quantitativos previstos neste Estudo Técnico Preliminar foram estimados de acordo com o levantamento das necessidades de cada unidade de ensino localizadas nas 16 (dezesesseis) gerências regionais de ensino (GRE). Para tal, foi considerada a quantidade de alunos, determinando assim o porte da escola, além do dimensionamento da estrutura física destas.

Incorpora-se neste cálculo as novas unidades de ensino criadas, bem como a demanda proveniente da mudança de atendimento de terceirizada para escolarizada (produção autônoma).

Ademais, incorporou-se ao cálculo um índice de variação do alunado de 20% sobre o consumo atual e real dos itens, medida necessária e estratégica diante do crescimento contínuo da rede estadual de ensino. Tal crescimento decorre da incorporação de mais de 100 novas unidades escolares à gestão direta da alimentação e do aumento progressivo do número de estudantes, verificado com base em série histórica consistente:

VARIÁVEIS	ANO	ALUNADO
	2023	510.613
	2024	525.165
AUMENTO DE ALUNADO (COMPARATIVO 2023 E 2024)	-	14.552
PERCENTUAL DE AUMENTO	-	2,77%
PROJEÇÃO (base no percentual de aumento)	2025	539.712
	2026	554.259

Além disso, observa-se a necessidade de reposição por avaria dos equipamentos que já se encontram em uso e que pelo tempo ou estado de conservação já almejam substituição e, por fim, a necessidade de ter a aquisição dos equipamentos para a produção das refeições e posterior oferta ao alunado, sendo assim, itens que além do que será distribuído deve-se ter margem de segurança para qualquer eventualidade futura.

Abaixo segue quadro da distribuição de equipamentos por porte de escola:

	EQUIPAMENTOS		
	LIQUIDIFICA- DOR 25L	REFRES- QUEIRA 32L	CORTA- DOR DE LEGUMES
PORTE DAS ESCOLAS PELA QUANTIDADE DE ALUNOS	EQUIPAMENTO POR PORTE DE ESCOLA		
<=300	0	1	1
>300<=600	1	1	1
>600	1	1	1

Dados do quantitativo de equipamentos (liquidificador 25L, refresqueira de 32 L e cortador de legumes) conforme porte das escolas pela quantidade de alunado encontra-se descrito no quadro abaixo. Quanto aos freezers horizontais e verticais e mesas de apoio em três dimensões diferentes, sua definição de quantitativo e modelos ocorreram mediante levantamento in loco realizado em toda a rede:

		EQUIPAMENTO		
		LIQUIDIFI- CADOR 25L	REFRES- QUEIRA 32L	CORTADOR DE LEGUMES
PORTE DAS ESCOLAS PELA QUANTIDADE DE ALUNOS	TO- TAL ESCO- LAS	QUANTIDADES DE EQUIPAMENTOS POR PORTE DE ESCOLA		

<=300	283	0	283	283
>300<=600	482	482	482	482
>600	307	307	307	307
TOTAL	1072	789	1072	1072
Índice de variação do aluno (20%)/anual		158	214	214
Total com acréscimo		947	1286	1286

EQUIPAMENTO	BANCADA DE APOIO 70 X 70 X 90	BANCADA DE APOIO 90 X 70 X 1,90	BANCADA DE APOIO 1,10 X 0,50 X 0,85	FREEZER VERTICAL	FREEZER HORIZONTAL
TOTAL	771	858	1048	1042	1668
Índice de variação do aluno (20%)/anual	154	172	210	208	334
TOTAL COM ACRÉSCIMO	925	1030	1258	1250	2002

7. Estimativa do valor da contratação

Foi realizada pesquisa simplificada de mercado (Anexo I) para os preços unitários. A partir desta, foi possível *calcular as médias de valores por item assim como o valor total estimado para a aquisição destes, totalizando o valor de R\$ 22.163.047,50 (vinte e dois milhões, cento e sessenta e três mil quarenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstra a tabela abaixo:

Equipamento	Valor Unitário (R\$): 1	Valor unitário (R\$): 2	Valor unitário (R\$): 3	Média R\$	Quantitativo Necessário	*Valor total estimado por item R\$
Mesa/bancada de apoio (70,00 X 70,00 X 90,00)	1.107,97	839	1.104,39	1.017,12	925	940.836,00
Mesa/bancada de apoio (1,10 X 0,50 X 0,85)	1.456,92	771,65	771,66	1.000,08	1258	1.258.096,45
Mesa/bancada de apoio (90,00 X 70,00 X 1,90)	1.349,00	1.779,90	1.412,10	1.513,67	1030	1.559.076,67

Freezer Horizontal (500L)	3.888,74	3.039,00	3.219,00	3.382,25	2002	6.771.257,83
Freezer Vertical (≈509L)	5.080,05	4.979,00	4.699,90	4.919,65	1250	6.149.562,50
Refresqueira (32L)	2.469,00	2.285,00	2.675,00	2.476,33	1286	3.184.564,67
Cortador de legumes	189,00	186,48	143,97	173,15	1286	222.670,90
Liquidificador (25L)	2.281,00	2.155,12	2.143,55	2.193,22	947	2.076.982,50
TOTAL						22.163.047,50

*Cálculo do valor total estimado para a aquisição = valor unitário por item x quantitativo necessário do item = valor total estimado para a aquisição do item.

Posto isso, destaca-se que a finalidade do referido documento, será tão somente para subsidiar o planejamento da contratação pública, tendo por objetivo demonstrar a real necessidade da contratação, analisando a viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência, **não sendo este o valor a ser utilizado como parâmetro para as propostas de preços, visto que se trata de mera estimativa.**

8. Justificativa para o parcelamento da solução

8.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei 14.133/2021).

8.2. Na presente contratação, resta demonstrado que o parcelamento por itens busca permitir a participação de maior número de interessados, fomentando, assim, o princípio da ampla concorrência.

8.3. A razão técnica e econômica para a preservação do objeto parcelado por itens é permitir a participação de maior número de interessados, sobretudo diante dos percentuais de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira exigidos, fomentando, assim, o princípio da ampla concorrência.

8.4. Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Com base no art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº Federal nº 14.133/2021; art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, deve-se levar em consideração as contratações correlatas e/ou interdependentes que possam impactar técnica e/ou economicamente nas soluções apresentadas. As contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do

objeto principal; e as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação. Desta forma, concluímos que não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. Resultados pretendidos

Pretende-se contratar os itens, com a qualidade, especificações e exigências descritas, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos materiais, recursos humanos e financeiros disponíveis, bem como do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e, desta forma, conferir uma alimentação adequada para os alunos alocados em toda a rede do Estado de Pernambuco, promovendo consequentemente melhorias no desempenho escolar, através de cardápio nutritivo e completo.

Espera-se com estas contratações o atendimento das escolas da rede de ensino do Estado, cumprindo os deveres

relacionados à responsabilidade social; minimizando as condições de vulnerabilidade social dos discentes; contribuindo para o melhor desempenho e favorecendo o pleno êxito do alunado; estimulando a permanência destes e combatendo a evasão escolar.

Os resultados esperados da contratação visam a um fortalecimento substancial da alimentação escolar, através do

atendimento à demanda estrutural de equipamentos de cozinha de todas as unidades de ensino da rede estadual, de forma a garantir a produção, armazenamento e distribuição eficientes das refeições à coletividade escolar, de modo a assegurar que a saúde do discente não apenas se mantenha estável, mas evolua para que possa responder de maneira proativa às atividades educacionais.

Essa contratação está intrinsecamente ligada aos objetivos estratégicos do Governo de Pernambuco, que se concentra em

promover uma educação digna a todos os alunos da rede, com a garantia dos direitos fundamentais.

Ademais, esta contratação não se limita à manutenção do cardápio escolar disponibilizado pela gestão, mas também se

configura como uma condição indispensável para a consolidação das políticas públicas da educação com as demais áreas de governo, potencializando a capacidade do Estado de oferecer serviços acessíveis à população.

Espera-se também, que os resultados decorrentes desta contratação contribuam diretamente para a concretização da

alimentação escolar com a economicidade da contratação e a otimização do tempo despendido para a elaboração dos cardápios, resultando em pontualidade na oferta da merenda.

Por fim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo “contribuir para o crescimento e o

desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo”.

11. Providências a serem adotadas

Para adequar o ambiente à contratação dos serviços, é essencial observar alguns aspectos, incluindo a capacitação dos servidores, especialmente daqueles envolvidos na gestão e fiscalização do contrato. Nessa perspectiva, a gestão deverá atentar à necessidade de programas de capacitação que abranjam os servidores responsáveis pela gestão do contrato, promovendo uma fiscalização mais eficaz, e contribuindo para uma parceria transparente entre a Administração Pública e os prestadores de serviço.

Ademais, deverá ser realizado por parte deste órgão demandante o adequado preparo (físico, mecânico, hidráulico, elétrico, etc) dos locais onde serão instalados os bens elencados neste documento.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preço. Posteriormente, tendo a licitação homologada e as Atas de Registro de Preços assinadas, poderão ser feitas as respectivas contratações para aquisição dos itens ora requeridos.

Além disso, o gestor e fiscal do contrato terão informações quanto ao modelo de contratação, com base nas informações indicadas no presente estudo, bem como no instrumento editalício e seus anexos.

12. Possíveis impactos ambientais

A contratada deverá empregar equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a reduzir o consumo de recursos naturais, evitar desperdícios e minimizar a geração de resíduos.

12.1. Consumo de energia elétrica

Impacto: Freezers horizontais, freezers verticais, refresqueiras e liquidificadores demandam energia elétrica para funcionamento contínuo ou frequente. Caso os equipamentos não apresentem eficiência energética adequada, podem gerar desperdício de energia e aumentar a pegada de carbono associada à matriz elétrica.

Medidas mitigadoras: Os equipamentos devem possuir Selo Procel de Eficiência Energética ou equivalente, priorizando modelos de baixo consumo energético e tecnologias com isolamento térmico eficiente (no caso de equipamentos de refrigeração). Prever manutenção preventiva regular para evitar sobrecarga e garantir o desempenho ideal.

12.2. Emissões atmosféricas e segurança no uso de energia

Impacto: Freezers e refresqueiras utilizam gases refrigerantes e componentes elétricos. Em caso de falhas ou descarte inadequado, há risco de liberação de gases refrigerantes que podem contribuir para o efeito estufa. Liquidificadores e cortadores de legumes, por serem elétricos, também podem representar riscos de curto-circuito ou superaquecimento se mal utilizados.

Medidas mitigadoras: Exigir equipamentos certificados pelo INMETRO e em conformidade com normas ambientais aplicáveis aos fluidos refrigerantes (preferencialmente gases com baixo potencial de aquecimento global – GWP). Assegurar instalações elétricas adequadas, sistemas de proteção e manutenção periódica para garantir segurança operacional.

12.3. Geração de resíduos sólidos (sucata e componentes)

Impacto: Durante a vida útil dos equipamentos, peças como motores, lâminas, carcaças metálicas, componentes plásticos e painéis elétricos podem se tornar sucata ou resíduos diversos. O descarte inadequado pode gerar poluição do solo e desperdício de materiais recicláveis. **Medidas mitigadoras:** Orientar a contratada para práticas de logística reversa e descarte ambientalmente correto dos equipamentos inservíveis, priorizando o reaproveitamento e reciclagem de materiais metálicos e plásticos. Incentivar parcerias com cooperativas de reciclagem para destinação final sustentável.

12.4. Consumo de água

Impacto: As mesas/bancadas de apoio são utilizadas em atividades de higienização e manipulação de alimentos, podendo demandar elevado uso de água para limpeza diária.

Medidas mitigadoras: Incentivar boas práticas de limpeza e higienização com uso racional de água e produtos biodegradáveis. Priorizar bancadas com superfícies lisas, em aço inoxidável ou materiais de fácil higienização, que reduzam a necessidade de uso excessivo de água.

12.5. Ruído e conforto ambiental

Impacto: O funcionamento de equipamentos como cortadores de legumes e liquidificadores pode gerar ruído elevado, contribuindo para desconforto acústico no ambiente de trabalho e aumento da exposição ocupacional ao som.

Medidas mitigadoras: Priorizar equipamentos que atendam aos níveis aceitáveis de emissão sonora, conforme normas trabalhistas e ambientais. Prever manutenção preventiva para evitar vibrações e ruídos excessivos, além da adoção de medidas de controle acústico nos ambientes, quando necessário.

13. Posicionamento conclusivo

Diante do exposto neste estudo, a equipe de planejamento declara viável a solução da aquisição de equipamento industrial de cozinha através do fornecimento por empresa especializada do ramo, sendo estes imprescindíveis para a execução do cardápio ofertado aos estudantes da rede estadual de ensino de Pernambuco. Para tal, faz-se necessária análise de viabilidade econômicofinanceira e jurídica pelas autoridades competentes para que ela possa tomar ciência do ato e das providências cabíveis. Com intuito de evitar riscos, o acompanhamento das demais etapas serão monitoradas por esta Superintendência do Programa de Alimentação Escolar - SUPAE.

Recife, data da assinatura do SEI.

Servidores responsáveis pela elaboração

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/ Gerência
Juliana Jordão Martins de Almeida	cplae.getan@gmail.com	(81)3183-9034	13975382/1	SU-PAE/CPLAE
Luís César de Medeiros	cplae.getan@gmail.com	(81)3183-9034	18236847/01	SU-PAE/CPLAE

Paula Darling Conceição da Silva	paula.dcsilva@adm.educacao.pe.gov.br	(81)3183-9034	455854-5	SUPAE
----------------------------------	--------------------------------------	---------------	----------	-------

Paula Darling Conceição da Silva

Superintendente do Programa de Alimentação Escolar – SUPAE

Matrícula n. 455854-5

Superintendência do Programa de Alimentação Escolar - SUPAE

ANEXO I do ETP

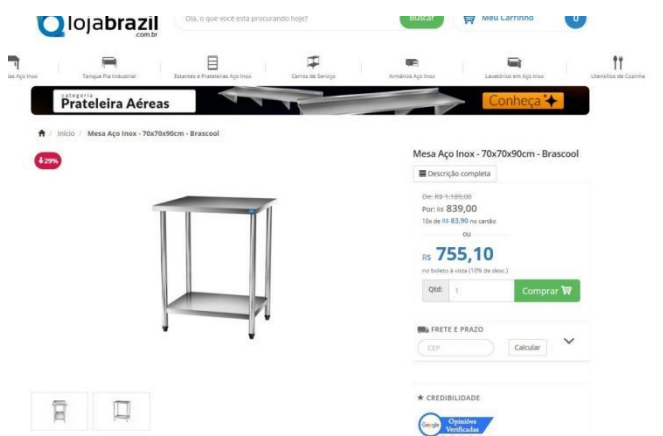
Pesquisa de mercado simplificada realizada em 20/10/2025

Mesa/bancada de apoio (70,00 X 70,00 X 90,00):



Valor unitário: R\$ 1.107,97

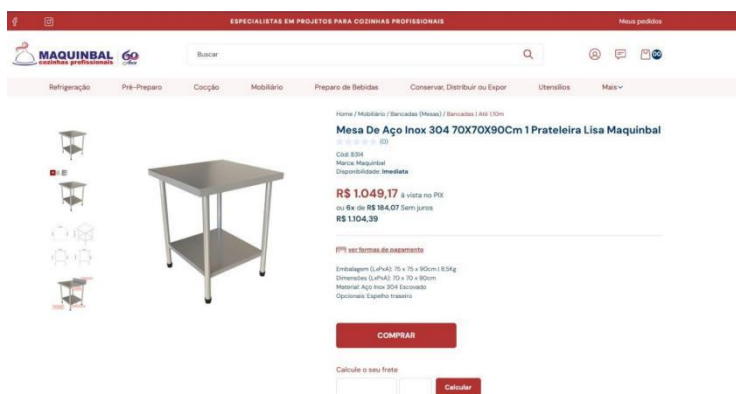
Link do acesso: https://www.grupoiglu.com.br/cozinha-profissional/mesa-inox-de-encosto-0-70-x-0-70-x-0-90-com-prat-inf?utm_source



Valor unitário: R\$ 839,00

Link do acesso: [https://www.lojabrazil.com.br/mesa-aco-inox-70x70x90cm-brascool.html?](https://www.lojabrazil.com.br/mesa-aco-inox-70x70x90cm-brascool.html?keyword=&gad_source=1&gad_campaignid=670621400&gbraid=0AAAAADwaJ7uObyBfSpiGaySdZmRGQBP9L&gclid=CjwKCAjwxfjGBhAUeiwA)

[keyword=&gad_source=1&gad_campaignid=670621400&gbraid=0AAAAADwaJ7uObyBfSpiGaySdZmRGQBP9L&gclid=CjwKCAjwxfjGBhAUeiwA](https://www.lojabrazil.com.br/mesa-aco-inox-70x70x90cm-brascool.html?keyword=&gad_source=1&gad_campaignid=670621400&gbraid=0AAAAADwaJ7uObyBfSpiGaySdZmRGQBP9L&gclid=CjwKCAjwxfjGBhAUeiwA)



Valor unitário: R\$ 1.104,39

Link do acesso: https://www.maquinbal.com.br/moveis/bancadas-mesas/bancadas-ate-1-10m/mesa-inox-0-70m-70x70x85cm-1-prateleiralisa-maquinbal?srsId=AfmBOorihyOQg5oNhCN9OV_94TGVN2xMocg2U82i5Af9-sZk70DfoSjl

Mesa/bancada de apoio (1,10 X 0,50 X 0,85):



Valor unitário: R\$ 1.456,92

Link do acesso: https://loja.acorio.com.br/sob-medida/mesa-bancada-em-aco-inox-com-duas-prateleiras-1237769?srsId=AfmBOoo0ADV1RGVilmQzqHBHqbE9SG2r9B9ibP_d80PmYFwgAH_vipWC&variant_id=2773



Valor unitário: R\$ 771,65


[inox/up/MLBU3086541453#item_id=MLB5329920236&component=tabbed_carrousel&page_from=home&custom_categories=false&promotio](#)

1/8

R\$ 771⁶⁶ 44% OFF[Ver os meios de pagamento](#)

<https://www.mercadolivre.com.br/mesa-100-inox-fast-essencial-110x050-2-prateleiras/p/MLB2045254750?>

[2626007803672&cq_src=google_ads&cq_cmp=22060114741&cq_net=g&cq_plt=gp&cq_med=pla&gad_source=1&gad_campaignid=220601zHBhBhEiwA7Kjq6_eIR3giRM77bQHE7_2ttHO8rTcol-WIF5Qu6ObiQOCDBkYNWsOUjBoCtBEQAvD_BwE](https://www.google.com/ads/cmp/22060114741/cq/net=g&cq/plt=gp&cq/med=pla&gad_source=1&gad_campaignid=220601zHBhBhEiwA7Kjq6_eIR3giRM77bQHE7_2ttHO8rTcol-WIF5Qu6ObiQOCDBkYNWsOUjBoCtBEQAvD_BwE)


NORTINOX
 Cozinha Industrial

100% COZINHA INDUSTRIAL

MEIO AÇO • MEIO INOX
 MEIO AÇO COM COQUELADO •
 PREÇO AÇO •
 PREÇO AÇO COM TÂMPULO •

MONTA COZINHA
 Enter / Calcular •

Sacola
 Bônus •

Mesa Aço Inox Profissional 190x70x90 cm Nortinox

MARCA: NORTINOX
 MATERIAL: AÇO INOXIDANTE
 GARANTIA: 1 ANO E 90 DIAS DO PRODUTO
 SUPORTE: 150 KG
 ENTREGA: 1 DIA ÚNICO
 PREÇO: R\$ 1.349,00

R\$ 1.349,00

ou 3x de R\$ 483,67 Sem juros

Quantidade: 1

COMPRAR

SIMULADOR DO PREÇO

CALCULAR

Clique no botão do WHATSAPP e calcule o envio para sua cidade, consulte os produtos com desconto para atacado

Link do acesso: <https://www.nortinox.com.br/mesa-inox-nortinox-190cm-x-70cm-x-90cm?>

[srsItd=AfmBOoox7cUjm2rWaA68RsVulxInc6apbpe1rKv0a56VhnNL0rpUES4&utm_source=chatgpt.com](https://www.pernambuco.gov.br/licitacao/16170/KT0mJhl9rtHpPqX-mTvtIqvQ6s97vVNP.pdf)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

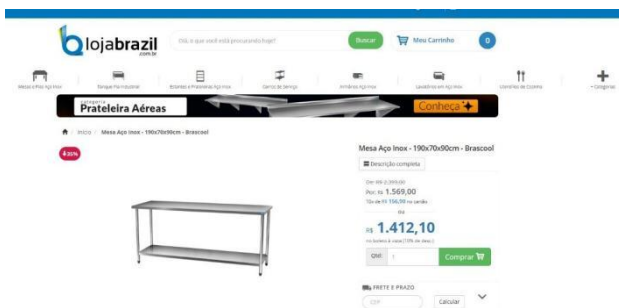
Prefeitura Municipal de Capão da Canoa
Secretaria de Gestão, Inovação e Planejamento
Registro de Preços Eletrônico - 273/2024

0004 - MESA BANCADA EM AÇO INOX COM PANELEIRO simples ou duplo grade em chapa. Medidas aproximadas: 190 x 70 x 88 cm (comprimento x largura x altura). Alta resistência, indicado para cozinhas industriais, para manipulação e preparo de alimentos. (Conforme Edital) - MESDES2024 - Valor Referência: 1.863,33

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ESQUADRIAS DESIGNERINOX LTDA	1.779,90	14.239,20	Homologado em 23/12/2024 14:58:42 Por: Cláudio José de Araújo

Valor unitário: R\$ 1.779,90

Link do acesso: <https://www.capaodacanoa.rs.gov.br/uploads/licitacao/16170/KT0mJhl9rtHpPqX-mTvtIqvQ6s97vVNP.pdf>



Valor unitário: R\$ 1.412,10

Link do acesso: [https://www.lojabrasil.com.br/mesa-aco-inox-190x70x90cm-brascool.html?](https://www.lojabrasil.com.br/mesa-aco-inox-190x70x90cm-brascool.html?keyword=&gad_source=1&gad_campaignid=670621400&gbraid=0AAAAADwaJ7u9_iCUa8FQKtAjkK9XgfjYU&gclid=CjwKCAjwu9fHBhAWEiwAzG)

[keyword=&gad_source=1&gad_campaignid=670621400&gbraid=0AAAAADwaJ7u9_iCUa8FQKtAjkK9XgfjYU&gclid=CjwKCAjwu9fHBhAWEiwAzG](https://www.lojabrasil.com.br/mesa-aco-inox-190x70x90cm-brascool.html?keyword=&gad_source=1&gad_campaignid=670621400&gbraid=0AAAAADwaJ7u9_iCUa8FQKtAjkK9XgfjYU&gclid=CjwKCAjwu9fHBhAWEiwAzG)

Freezer horizontal (500L):

Edital nº PCE 222/2025

Última atualização: 20/10/2025

Local: Palhoça/SC Órgão: MUNICÍPIO DE PALHOÇA Unidade compradora: 13001 - Secretaria Municipal de Educação

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14133/2021 Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Sim

Fonte orçamentária: Não Informada

Data de divulgação no PNCP: 20/10/2025 Situação: Divulgado no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 23/10/2025 13:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 06/11/2025 08:29 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 82892316000108-1-000238/2025 Fonte: PM Sistemas

Objeto:

Aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos para atender as necessidades dos Centros de Educação Infantil, Unidades de Ensino Fundamental, e demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça

3	FREEZER HORIZONTAL CAPACIDADE MINIMA DE 500L - LINHA BRANCA - FZ (MODELO PROINFÂNCIA)	20	R\$ 3.888,74	R\$ 77.774,80
---	---	----	--------------	---------------

Valor unitário: R\$ 3.888,74

Link do acesso: <https://pncp.gov.br/app/editais/82892316000108/2025/238>

Freezer Horizontal Fricon 503 Litros Cycle Defrost HCED-503

★★★★★ sem avaliações



menor preço via Americanas

R\$ 3.039,00

ou 8x de R\$ 422,08

Comparar em 7 lojas



Compartilhar

Copiar link



Valor unitário: R\$ 3.039,00

Link do acesso: <https://www.buscape.com.br/freezer/freezer-horizontal-503-litros-fricon-hced-503?>

[lc=88&searchterm=freezer%2Bhorizontal%2B2%2Bportas%2B500%2Blitros](https://www.buscape.com.br/freezer/freezer-horizontal-503-litros-fricon-hced-503?lc=88&searchterm=freezer%2Bhorizontal%2B2%2Bportas%2B500%2Blitros)



Valor unitário: R\$ 3.219,00

Link do acesso: <https://www.magazineluiza.com.br/freezer-horizontal-dupla-acao-fricon-503l-220v-hced-503-c/p/738611700/pi/frid/?>

[&seller_id=dufrio&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=79685&utm_campaign=google_eco_per_ven_pla_ind_apo_3p_picsp&utm_content=&partner_id=79685&gclid=aw.ds&gad_source=1&gad_campaignid=22581019334&gbraid=0AAAAAD4zZmSxQe-](https://www.magazineluiza.com.br/freezer-horizontal-dupla-acao-fricon-503l-220v-hced-503-c/p/738611700/pi/frid/?&seller_id=dufrio&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=79685&utm_campaign=google_eco_per_ven_pla_ind_apo_3p_picsp&utm_content=&partner_id=79685&gclid=aw.ds&gad_source=1&gad_campaignid=22581019334&gbraid=0AAAAAD4zZmSxQe-)

[2PsJughY69hL9_TWLS&gclid=CjwKCAjwu9fHBhAWEiwAzGRC -](https://www.magazineluiza.com.br/freezer-horizontal-dupla-acao-fricon-503l-220v-hced-503-c/p/738611700/pi/frid/?)

[YuKh2R1eusjMOHP_a6INUao7gcjUpKGCFhlq2v9Fx7JTGcrvDUYxoCgTYQAvD_BwE](https://www.magazineluiza.com.br/freezer-horizontal-dupla-acao-fricon-503l-220v-hced-503-c/p/738611700/pi/frid/?)

Freezer vertical (509L):

Freezer Vertical Dupla Ação Braslar 500 Litros Porta Cega Branco ISIS FV50I

(Cód. Item 1571755597) Outros produtos [Braslar](#)



Vendido e entregue por **VAREJO DAS**

★★★★★ Nenhuma avaliação

Voltagem: 110V

110V

R\$ 5.080,05 em até 10x de R\$ 508,00 sem j.

R\$ 4.318,04

no PIX com 15% de desconto

[Ver mais opções de pagamento](#)

Precisando de prazo? Na Casas Bahia

Valor unitário: R\$ 5.080,05

Link do acesso: https://www.casasbahia.com.br/freezer-vertical-dupla-acao-braslar-500-litros-porta-cega-branco-isis-fv500b1127v/p/1571755597?utm_campaign=DescontoEspecial&utm_medium=BuscaOrganica&utm_source=Google



Conferir mais produtos da marca Braslar

Novo



Freezer Vertical Isis Porta Solida Branco 500l Braslar

R\$ 4.979

18x R\$ 276⁶¹ sem juros com cartão Mercado Pago

[Ver os meios de pagamento](#)

O que você precisa saber sobre este produto

- Dimensões: 67 cm de largura, 2,05 m de altura e 60 cm de profundidade.

[Ver características](#)

Opções de compra:

2 produtos novos a partir de R\$ 4.979

Valor unitário: R\$ 4.979,00

Link do acesso: https://www.mercadolivre.com.br/freezer-vertical-isis-porta-solida-branco-500l-braslar/up/MLBU3079781484#polycard_client=search-nordic&search_layout=stack&position=12&type=product&tracking_id=4bc9df324548-48e7-947e-700a415d5a52&wid=MLB5322886914&sid=search



INÍCIO REFRIGERAÇÃO FREEZER VERTICAL

FREEZER REFRIGERADOR VERTICAL 500 LITROS DUPLA AÇÃO ISIS 220V BRANCO BRASLAR

Código: FPBLP4ELB

Marca: Braslar

R\$ 5.102,00

R\$ 4.699,90

R\$ 4.464,90 via Pix

1

ADICIONAR

Disponibilidade: **Imediata**
Aproveite! Restam apenas 3 unidades



R\$ 4.464,90

Calcular frete e prazo:

DIGITE SEU CEP

CALCULAR

Valor unitário: R\$ 4.699,90

Link do acesso: https://www.machadoutensiliosemaquinas.com.br/freezer-vertical-500-litros-dupla-acao-branco-isis-braslar?utm_source=Site&utm_medium=GoogleMerchant&utm_campaign=GoogleMerchant&srsId=AfmBOooAKTclUZYRI8oISY3ZHWIS1SdqB8hDKNF3jCYEi3aEw0EfHCZFes

Refresqueira (32L):



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - EMENDA IMPOSITIVA DA CÂMARA DE VEREADORES

Município de Hulha Negra
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Meio Ambiente
Edital de Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - EMENDA IMPOSITIVA DA CÂMARA DE VEREADORES
Tipo de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: ABERTO

Processo nº 411/2025

7	REFRESQUEIRA INOX 32L - 02 CUBAS - 220 V - COM AGITADOR	UN	1,0000	2.469,0000	2.469,00
---	---	----	--------	------------	----------

Valor unitário: R\$ 2.469,00

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM NITERÓI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - Nº 90203/2025
Organização Militar Apoiada: NTAItGMotta
(Processo Administrativo n.º 63339.000623/2025-47)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Refresqueira: Material Estrutura: Aço Inoxidável Escovado, Material Depósito: Politereftalato de Etileno, Tipo: 2 Depósitos, Capacidade: 32 L, Tensão: 127V. Marca/Modelo: Venâncio/CF216 ou Marca/Modelo similares. 6 meses de Garantia e assistência técnica (Conforme o fabricante).	369685	UN	2	R\$ 2.285,00	R\$ 4.750,00

Valor unitário: R\$ 2.285,00



Refresqueira 32 Litros 2 Cubas RV216 220v Venâncio

SKU: 3962

Vendido e Entrega por: Refrisol

De: R\$ 2.650,00

Por: R\$ 2.675,00

à vista com 10% de desconto

R\$ 2.407,50

no Boleto ou PIX ou no Cartão em até 12x de R\$ 222,92 sem juros

Variações Disponíveis:



Valor unitário: R\$2.675,00

Link de acesso: https://www.refrisol.com.br/refresqueira-32-litros-2-cubas-rv216-220v-venancio/p?gad_source=1&gad_campaignid=21058213801&gbraid=0AAAAADGTJpPz-

[UqeYToi233HnwMVX65I&gclid=CjwKCAjw3tzHBhBREiwAlMJoUv1oVe0rJ_YqEVbDJXliRmx1qMPZYM8qNhHQ1UJYj107DXTbO2jHRoCJMQQAvD_BwE](https://www.refrisol.com.br/cortador-de-legumes-grande-vitalex/p?gad_source=1&gad_campaignid=21058213801&gbraid=0AAAAADGTJpPeBFMI8SZTA7Uw-b2n_Zk3i&gclid=CjwKCAjw9fHBhAWEiwAzGRC_5UGxFRsqycopH4F7IRaq7p3kxzihteSXwukyvT0qN5cfGlpx9yKxBoCSZ0QAvD_BwE)

Cortador de legumes grande:



Cortador de Legumes Grande Vitalex
SKU: 13
Vendido e Entregue por: Refrisol

De: R\$ 275,00
Por: R\$ 210,00

à vista com 10% de desconto
R\$ 189,00

no Boleto ou PIX
ou no Cartão em até 12x de R\$ 17,50 sem juros

[Ver todas as formas de pagamento](#)

Tamanhos Disponíveis:

Valor unitário: R\$ 189,00

Link do acesso: https://www.refrisol.com.br/cortador-de-legumes-grande-vitalex/p?gad_source=1&gad_campaignid=21058213801&gbraid=0AAAAADGTJpPeBFMI8SZTA7Uw-b2n_Zk3i&gclid=CjwKCAjw9fHBhAWEiwAzGRC_5UGxFRsqycopH4F7IRaq7p3kxzihteSXwukyvT0qN5cfGlpx9yKxBoCSZ0QAvD_BwE

Edital nº 59/2025

Última atualização: 17/10/2025

Local: Medianeira/PR | Órgão: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA | Unidade compradora: 76206481000158 - MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico | Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I | Tipo: Edital | Modo de disputa: Aberto - Fechado | Registro de preço: Não
Fonte orçamentária: Não informada
Data de divulgação no PNCP: 17/10/2025 | Situação: Divulgada no PNCP | Data de início de recebimento de propostas: 20/10/2025 08:00 (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas: 06/11/2025 08:00 (horário de Brasília)
Id contratação PNCP: 76206481000158-1-00017/2025 | Fonte: Eliotech Gestão Pública Ltda
Objeto:
Contratação para fornecimento de equipamentos eletrodomésticos e materiais de Cozinha para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social via Deliberação nº 039/2023 - CEDU/PR.

42	CORTADOR DE LEGUMES, FRUTAS E VEGETAIS	2	R\$ 186,48	R\$ 372,96
----	--	---	------------	------------

Valor unitário: R\$ 186,48

Link do acesso: <https://pncp.gov.br/app/editais/76206481000158/2025/171>

Edital nº 00038/2025/2025

[Acessar Contratação](#)

Última atualização: 16/10/2025

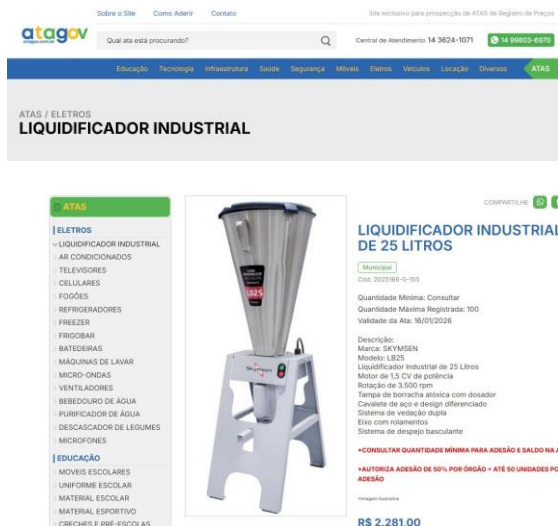
Local: São José dos Ramos/PB | Órgão: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS | Unidade compradora: 2955 - Prefeitura Municipal de São José dos Ramos
Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico | Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I | Tipo: Edital | Modo de disputa: Aberto | Registro de preço: Sim
Fonte orçamentária: Não informada
Data de divulgação no PNCP: 16/10/2025 | Situação: Divulgada no PNCP | Data de início de recebimento de propostas: 16/10/2025 16:00 (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas: 04/11/2025 08:30 (horário de Brasília)
Id contratação PNCP: 01612384000166-1-000075/2025 | Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A.
Objeto:
(Portal de Compras Públicas) - AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

59	CORTADOR DE LEGUMES EM FERRO FUNDO COM LÂMINA DE CORTE QUADRADO BHM	20	R\$ 143,97	R\$ 2.879,40
----	---	----	------------	--------------

Valor unitário: R\$ 143,97

Link do acesso: <https://pncp.gov.br/app/editais/01612384000166/2025/75>

Liquidificador industrial (25L):



Valor unitário: R\$ 2.281,00

Link do acesso: <https://www.atagov.com.br/ata/5146/liquidificador-industrial-de-25-litros>



Valor unitário: R\$ 2.155,12

Link do acesso: [https://www.stockup.com.br/todos-os-produtos/liquidificador-basculante-copo-monobloco-inox-25-litros-lb25-220v-skymen?parceiro=2152&gad_source=1&gad_campaignid=21317909217&gbraid=0AAAAABib4IN95H1YRoCg0njalhHJah-](https://www.stockup.com.br/todos-os-produtos/liquidificador-basculante-copo-monobloco-inox-25-litros-lb25-220v-skymen?parceiro=2152&gad_source=1&gad_campaignid=21317909217&gbraid=0AAAAABib4IN95H1YRoCg0njalhHJah-h7&gclid=CjwKCAjwu9fHBhAWEiwAzGRC_4La2dlt9lwotaFrgpanNMI_-t34kZTY7guk-dslUw9VtZdiS04cQBoC8ekQAvD_BwE)

[h7&gclid=CjwKCAjwu9fHBhAWEiwAzGRC_4La2dlt9lwotaFrgpanNMI_-t34kZTY7guk-dslUw9VtZdiS04cQBoC8ekQAvD_BwE](https://www.stockup.com.br/todos-os-produtos/liquidificador-basculante-copo-monobloco-inox-25-litros-lb25-220v-skymen?parceiro=2152&gad_source=1&gad_campaignid=21317909217&gbraid=0AAAAABib4IN95H1YRoCg0njalhHJah-h7&gclid=CjwKCAjwu9fHBhAWEiwAzGRC_4La2dlt9lwotaFrgpanNMI_-t34kZTY7guk-dslUw9VtZdiS04cQBoC8ekQAvD_BwE)



Valor unitário: R\$ 2.143,55

Link do acesso: <https://www.magazineluiza.com.br/triturador-de-alimentos-liquidificador-basculante-25-litros-baixa-rotacao-1900wspolu/p/hb94b6126k/ci/tral/?>

[https://www.bonsucessoequipamentos2.com.br/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=82073&utm_campaign=google eco per ven pla full-bau 3p ci-cj-csp&utm_content=&partner_id=82073&gclid=aw.ds&gad_source=1&gad_campaignid=23097251702&gbraid=0AAAAAD4zZmR5fP6t4724SIN_WFRgV8LrkH4_Ymx0LT6RoCYqUQAvD_BwE](https://www.bonsucessoequipamentos2.com.br/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=82073&utm_campaign=google%20eco%20per%20ven%20pla%20full-bau%203p%20ci-cj-csp&utm_content=&partner_id=82073&gclid=aw.ds&gad_source=1&gad_campaignid=23097251702&gbraid=0AAAAAD4zZmR5fP6t4724SIN_WFRgV8LrkH4_Ymx0LT6RoCYqUQAvD_BwE)

ANEXO D

QUADRO RESUMO - LICITAÇÃO POR ITENS

ITEM COTA PRINCIPAL

(MESA - TIPO BANCADA DE APOIO)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
1	614020-3	618943	MESA - TIPO BANCADA DE APOIO C/ PATRELEIRA MEDINDO 64,50X 51,00 CM (C X L),ESTRUTURA EM ACO INOX, SUPORTA ATE 400KG,FORMATO RETANGULAR,TAMPO EM ACO INOX,SEM REVESTIMENTO,FORMATO RETANGULAR,MEDINDO 70,00 X 70,00 X 90,00 CM (C X L X A),DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%	UN	694	R\$ 1.544,52	R\$ 1.071.896,88

ITEM DE COTA RESERVADA

(MESA - TIPO BANCADA DE APOIO)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
2	614020-3	618943	MESA - TIPO BANCADA DE APOIO C/ PATRELEIRA MEDINDO 64,50X 51,00 CM (C X L),ESTRUTURA EM ACO INOX, SUPORTA ATE 400KG,FORMATO RETANGULAR,TAMPO EM ACO INOX,SEM REVESTIMENTO,FORMATO RETANGULAR,MEDINDO 70,00 X 70,00 X 90,00 CM (C X L X A),DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%	UN	231	R\$ 1.544,52	R\$ 356.784,12

ITEM DE COTA PRINCIPAL

(MESA - TIPO BANCADA DE APOIO C/ 2 PRATELEIRAS LISAS E 4 PES TUBULARES)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
3	614022-0	605890	MESA - TIPO BANCADA DE APOIO C/ 2 PRATELEIRAS LISAS E 4 PES TUBULARES MEDINDO 38,10 MM COM ALTURA 3,00 CM,ESTRUTURA EM ACO INOX, SUPORTA ATE 400KG,FORMATO RETANGULAR,TAMPO EM ACO INOX,SEM REVESTIMENTO,FORMATO RETANGULAR,MEDINDO 1,10 X 0,50 X 0,85 (CXLXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%	UN	944	R\$ 1.347,13	R\$ 1.271.690,72

ITEM DE COTA RESERVADA

(MESA - TIPO BANCADA DE APOIO C/ 2 PRATELEIRAS LISAS E 4 PES TUBULARES)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
4	614022-0	605890	MESA - TIPO BANCADA DE APOIO C/ 2 PRATELEIRAS LISAS E 4 PES TUBULARES MEDINDO 38,10 MM COM ALTURA 3,00 CM,ESTRUTURA EM ACO INOX, SUPORTA ATE 400KG,FORMATO RETANGULAR,TAMPO EM ACO INOX,SEM REVESTIMENTO,FORMATO RETANGULAR,MEDINDO 1,10 X 0,50 X 0,85 (CXLXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%	UN	314	R\$ 1.347,13	R\$ 422.998,82

ITEM DE COTA PRINCIPAL

(MESA - TIPO BANCADA DE APOIO,ESTRUTURA EM ACO INOX)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
5	614027-0	239471	MESA - TIPO BANCADA DE APOIO,ESTRUTURA EM ACO INOX, SUPORTA 70KG COM CAPACIDADE DISTRIBUIDA DA GRADE 30 A 35 KG,FORMATO RETANGULAR,TAMPO EM ACO INOX,SEM REVESTIMENTO,FORMATO EM RETANGULAR,MEDINDO 90,00 X 70,00 X 1,90 CM (A X L X P),DIMENSOES COM VARIACOES EM ATE 5%	UN	773	R\$ 1.900,13	R\$ 1.468.800,49

ITEM DE COTA RESERVADA

(MESA - TIPO BANCADA DE APOIO,ESTRUTURA EM ACO INOX)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
6	614027-0	239471	MESA - TIPO BANCADA DE APOIO,ESTRUTURA EM ACO INOX, SUPORTA 70KG COM CAPACIDADE DISTRIBUIDA DA GRADE 30 A 35 KG,FORMATO RETANGULAR,TAMPO EM ACO INOX,SEM REVESTIMENTO,FORMATO EM RETANGULAR,MEDINDO 90,00 X 70,00 X 1,90 CM (A X L X P),DIMENSOES COM VARIACOES EM ATE 5%	UN	257	R\$ 1.900,13	R\$ 488.333,41

ITEM DE COTA PRINCIPAL

(FREEZER HORIZONTAL)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
7	47031-7	627990	FREEZER - COM CAPACIDADE PARA 500 L (APROXIMADAMENTE), NA VOLTAGEM 220 V, TIPO COMERCIAL/HORIZONTAL, COM 01 COMPARTIMENTO - 02 TAMPAS	UN	1502	R\$ 3.520,00	R\$ 5.287.040,00

ITEM DE COTA RESERVADA

(FREEZER HORIZONTAL)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
8	47031-7	627990	FREEZER - COM CAPACIDADE PARA 500 L (APROXIMADAMENTE), NA VOLTAGEM 220 V, TIPO COMERCIAL/HORIZONTAL, COM 01 COMPARTIMENTO - 02 TAMPAS	UN	500	R\$ 3.520,00	R\$ 1.760.000,00

ITEM DE COTA PRINCIPAL

(FREEZER VERTICAL)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
9	426767-2		FREEZER VERTICAL COM CAPACIDADE PARA	UN	938	R\$ 3.789,57	R\$ 3.554.616,66

		633656	APROXIMADAMENTE 509 LITROS, 220 V, UNIDADE INCORPORADA E PORTA INTEIRICA, CORPO INTERNO E EXTERNO EM ACO COM PINTURA NA COR BRANCA				
--	--	--------	--	--	--	--	--

ITEM DE COTA RESERVADA

(FREEZER VERTICAL)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
10	426767-2	633656	FREEZER VERTICAL COM CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 509 LITROS, 220 V, UNIDADE INCORPORADA E PORTA INTEIRICA, CORPO INTERNO E EXTERNO EM ACO COM PINTURA NA COR BRANCA	UN	312	R\$ 3.789,57	R\$ 1.182.345,84

ITEM DE COTA PRINCIPAL

(REFRESQUEIRA)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
11	613978-7	434625	REFRESQUEIRA - EM ACO INOX, CUBAS EM POLICARBONATO, CRISTAL TRANSPARENTE, BASE EM PLASTICO, COR BRANCA, DIMENSOES: 66,00 X 41,00 X 46,00 CM (A X	UN	965	R\$ 2.675,00	R\$ 2.581.375,00

			L X P), PESO 23KG,COM 2 DEPOSITOS, COM CAPACIDADE PARA 32 LITROS,NA VOLTAGEM 220V OU BIVOLT				
--	--	--	---	--	--	--	--

ITEM DE COTA RESERVADA

(REFRESQUEIRA)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
12	613978-7	434625	REFRESQUEIRA - EM ACO INOX, CUBAS EM POLICARBONATO, CRISTAL TRANSPARENTE,BASE EM PLASTICO, COR BRANCA, DIMENSOES: 66,00 X 41,00 X 46,00 CM (A X L X P), PESO 23KG,COM 2 DEPOSITOS, COM CAPACIDADE PARA 32 LITROS,NA VOLTAGEM 220V OU BIVOLT	UN	321	R\$ 2.675,00	R\$ 858.675,00

ITEM DE COTA PRINCIPAL

(CORTADOR DE LEGUMES)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
13	582786-8	334043	CORTADOR DE LEGUMES - EM ALUMINIO,EM ACO INOX DE 10MM,MANUAL EM BASCULANTE, FIXACAO TRIPE, MEDINDO 1120X455X550MM (AXLXP)	UN	965	R\$ 277,92	R\$ 268.192,80

(CORTADOR DE LEGUMES)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
14	582786-8	334043	CORTADOR DE LEGUMES - EM ALUMINIO,EM ACO INOX DE 10MM,MANUAL EM BASCULANTE, FIXACAO TRIPE, MEDINDO 1120X455X550MM (AXLXP)	UN	321	R\$ 277,92	R\$ 89.212,32

(LIQUIDIFICADOR)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
15	257475-6	631050	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM ACO INOXIDAVEL ABNT 304-18/8- MEDINDO (450 X580 X 215) MM,INOX, BASE EXECUTADA EM ALUMINIO FUNDIDO PINTADO COM TINTA MARTELADA,COM CAPACIDADE PARA 25 LITROS, DOTADO DE SISTEMA BASCULANTE ATRAVES DE PEDAL PARA INLCINACAO DO COPO,MOTOR 1.1/2 CV, MONOFASICO, 110/220 V,50/60 HZ,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM	UN	711	R\$ 1.501,87	R\$ 1.067.829,57

			APROPRIADA PARA NAO DANIFICAR O EQUIPAMENTO				
--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM DE COTA RESERVADA

(LIQUIDIFICADOR)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
16	257475-6	631050	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM ACO INOXIDAVEL ABNT 304- 18/8- MEDINDO (450 X 580 X 15)MM,INOX, BASE EXECUTADA EM ALUMINIO FUNDIDO PINTADO COM TINTA ARTELADA,COM CAPACIDADE PARA 25 LITROS, DOTADO DE SISTEMA BASCULANTE ATRAVES DE PEDAL PARA INLCINACAO DO COPO,MOTOR 1.1/2 CV, MONOFASICO, 110/220 V, 50/60 HZ,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA NAO DANIFICAR O EQUIPAMENTO	UN	236	R\$ 1.501,87	R\$ 354.441,32

TOTAL GLOBAL: R\$ 22.084.232,95

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0305.2026.AC-43.0180.SAD.SEE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
COMPRAS.GOV Nº 90180.2026

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0305.2026.AC-43.0180.SAD.SEE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
COMPRAS.GOV Nº 90180.2026

ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, doravante denominada GERENCIADOR, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 90180.2026, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a(s) empresa(s) XXX, doravante denominada(s) DETENTORA(S) DA ATA, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de equipamentos de cozinha industrial, tais como: mesa/bancada de apoio, freezer horizontal, freezer vertical, refresqueira 32L, cortador de legumes e liquidificador 25L, visando atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco distribuídas nas 16 gerências regionais de ensino (GRE), nos termos da legislação vigente, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da DETENTORA DA ATA, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria de Educação, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em 27/01/2026, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao GERENCIADOR durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DETENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a DETENTORA DA ATA formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um item/lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens/lotes em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.

7.4. Se empresas distintas venceram itens/lotes espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.4, o GERENCIADOR deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3. A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da DETENTORA DA ATA perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a DETENTORA DA ATA será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

9.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

9.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

9.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

9.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

9.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

9.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

10.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

10.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Ata de Registro de Preços no prazo assinalado.

10.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

10.1.5. Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.6. Os PARTICIPANTES poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da DETENTORA DA ATA.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.

12.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.3. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo GERENCIADOR.

12.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa a DETENTORA DA ATA que:

13.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3. desta Ata.

13.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

13.3.1. na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2. e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão PARTICIPANTE, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do GERENCIADOR, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR
DETENTORA DA ATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0305.2026.AC-43.0180.SAD.SEE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
COMPRAS.GOV Nº 90180.2026

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90180 , PROCESSO Nº 0305.2026.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO o fornecimento eventual de equipamentos de cozinha industrial, tais como: mesa/bancada de apoio, freezer horizontal, freezer vertical, refresqueira 32L, cortador de legumes e liquidificador 25L, nos termos da legislação vigente, conforme especificações

técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da CONTRATADA e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90180/2026, PROCESSO Nº 0305.2026.AC-43.0180.SAD.SEE e todos os seus anexos, em especial a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da CONTRATADA, a opção pela extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da CONTRATADA se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do CONTRATO, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXX

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 52

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 27/01/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de eventuais atrasos imputados à CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o saldo de serviços previstos no cronograma físico-financeiro e não executados por culpa exclusiva dela.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do CONTRATO, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item 3.3 do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.3, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma parcelada, nos prazos e quantitativos estimados no quadro abaixo (reproduzir conforme previsão no TR) ou periodicamente conforme necessidade administrativa (quando não for possível estimar previamente), no prazo de até 30 DIAS ÚTEIS, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento para cada uma das parcelas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Ordem de Fornecimento poderá ser emitida em quantitativo inferior ao estimado, sendo o saldo verificado entre a quantidade estimada e aquela efetivamente solicitada incorporado nas Ordens de Fornecimento subsequentes.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATANTE poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da CONTRATADA, com antecedência mínima de 05 dias, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO SEXTO: Em caso de culpa da CONTRATADA, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do CONTRATO, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA deste CONTRATO;
- VI. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à CONTRATADA o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste CONTRATO;
- XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;
- XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;
- XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

- I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da CONTRATANTE para alteração nas condições do fornecimento;
- II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;
- III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;
- IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do CONTRATO, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

- V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à CONTRATANTE, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
- VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;
- IX. Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
- X. Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- XIII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- XIV. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);
- XV. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XVI. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XIX. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa **XXXXXX** como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela CONTRATANTE;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;

- e) Registrar no histórico de execução do CONTRATO todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a CONTRATADA para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela CONTRATADA que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do CONTRATO as ocorrências que possam inviabilizar a execução do CONTRATO nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do CONTRATO, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do CONTRATO de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do CONTRATO acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do CONTRATO;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do CONTRATO não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do CONTRATO deverá ser recebido pelo fiscal do CONTRATO, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I – Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II – Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a CONTRATADA não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação

de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à CONTRATADA será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será admitida a subcontratação do objeto do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do CONTRATO no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No ato da assinatura do presente CONTRATO, será exigida a comprovação da implementação do Programa de Integridade, através da apresentação do Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade, nos termos do Decreto Estadual nº 50.365, de 04 de março de 2021, cujos modelos encontram-se disponíveis no sítio da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco (<https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-I-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf> e <https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-II-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf>), para avaliação das esferas competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA não possua Programa de Integridade implantado no momento da assinatura do contrato, será concedido o prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 17, da Lei Estadual nº 16.722/2019, para as providências cabíveis ao atendimento da Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Certificado de Regularidade do Programa de Integridade, emitido pelos órgãos avaliadores, terá validade por 2 (dois) anos, nos termos do art. 9º, da Lei nº 16.722/2012, devendo a CONTRATADA renová-lo sempre que expirada a sua validade.

PARÁGRAFO QUARTO: Durante a validade do Certificado de Regularidade, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar os Relatórios de Perfil e de Conformidade atualizados, quando solicitados pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado, com intuito de proceder à reavaliação do Programa de Integridade sempre que presentes indícios de atos de fraude e corrupção envolvendo a CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: A não comprovação da implementação do Programa de Integridade, nos moldes e prazos estabelecidos nesta CLÁUSULA, acarretará a aplicação das sanções administrativas específicas previstas na CLÁUSULA VIGÉSIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da CLÁUSULA NONA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos III e IV do CLÁUSULA NONA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da CLÁUSULA NONA.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da CLÁUSULA NONA quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso V da CLÁUSULA NONA;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da CLÁUSULA NONA;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da CLÁUSULA NONA;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA NONA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da CLÁUSULA NONA;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XII da CLÁUSULA NONA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios

com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ESPECÍFICAS DECORRENTES DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 16.722/2019

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A não apresentação do Programa de Integridade ensejará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) incidente sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso, contado a partir do 1º dia útil após decurso do prazo estabelecido no PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, limitada ao valor máximo de 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não atingimento da pontuação mínima estabelecida no Decreto Estadual nº 50.365/2021 ensejará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo percentual) por dia, incidente sobre o valor global atualizado do CONTRATO, contado a partir do 1º dia útil após a ciência, pelo representante legal da CONTRATADA, da decisão administrativa que declarar a desconformidade do Programa de Integridade, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação de multa nas hipóteses previstas nos PARÁGRAFOS PRIMEIRO e SEGUNDO desta Cláusula afasta a aplicação, pelos mesmos fatos, da penalidade de multa prevista no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA DÉCIMA NONA.

PARÁGRAFO QUARTO: O não cumprimento da obrigação de implantar o Programa de Integridade, ou seu cumprimento parcial ou meramente formal, poderá implicar, cumulativamente, na impossibilidade de aditamento contratual, na extinção do contrato por parte da CONTRATANTE e na impossibilidade de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

PARÁGRAFO QUINTO: A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula depende de processo administrativo de apuração de responsabilidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios

ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do CONTRATO nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do CONTRATO nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao CONTRATO.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0305.2026.AC-43.0180.SAD.SEE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
COMPRAS.GOV Nº 90180.2026

ANEXO V
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: **XX** minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA**, Pregoeiro/Agente de Contratação **43** e matrícula **4593731**, em 09/06/2026, às 16:32.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **a6a91741-6ec9-4a8f-aa13-e69d46e1e6be**
